

CONCEITOS DE “JUÍZO MOR”

Luca Igansi*

RESUMO: Em 1921 Ludwig Wittgenstein lançou sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, que até hoje gera controvérsias. Tendo contato com autores como G. E. Moore e E. Russell, o aspecto linguístico e lógico envolvidos com a ética tornam-se mais que fortificados nesta obra de um jovem com pretensões de responder seu professor, na qual não somente o fez mas também revolucionou a própria filosofia. Procurarei, então, esclarecer alguns dos conceitos presentes nessa obra, ainda não tão clara à todos, como a questão do juízo moral presente e da "vida feliz" como critério de ação ética, contando com a ilustração de comentadores como P. Hacker, R. Haller e D. Silveira, e de outros autores como A. Schopenhauer e S. Kierkegaard.

PALAVRAS-CHAVE: Tractatus - Juízo moral – Vida feliz – Ação ética.

INTRODUÇÃO

Ludwig Josef Johann Wittgenstein (1889-1951) fora um austríaco que tratou de forma memorável os problemas da filosofia em seu tempo. Teve a chance de estudar sob o mesmo teto de renomados professores como Bertrand Russell e George Edward Moore, o que definitivamente contribuiu para a definição de seus temas de estudo como sendo a ética, a linguagem e a lógica. É contemporaneamente conhecido como responsável por duas obras em diferentes momentos de sua vida, nos quais ele tratou de forma igualmente diferente estes problemas citados anteriormente, ambas as quais jazem no *podium* da filosofia relativo à estes problemas. São elas: o *Tractatus Logico-Philosophicus* (título em latim sugerido pelo próprio George Moore ao título original *Logisch-Philosophische Abhandlung*), publicado em 1921, e as Investigações Filosóficas (*Philosophische Untersuchungen*), publicada em duas partes dois anos após sua morte, em 1953.

Por meio desta comunicação procurarei retomar a problematização de Wittgenstein acerca do tratamento da ética como inefável, e como ele procura fundamentar o juízo moral a partir da volição prática do sujeito em prol de uma “vida feliz”, que tem como conseqüências a ampliação dos limites mundanos num âmbito de certa forma um tanto solipsista. Para este fim, irei me orientar principalmente em sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, com alguns auxílios elucidativos advindos de seus trabalhos “Conferência sobre a ética” (*A Lecture on Ethics*) e “Investigações Filosóficas”, assim como de comentadores e demais autores que igualmente tratam do problema ético da lógica linguístico-semântica.

* Graduando em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

SITUANDO O PROBLEMA

Now instead of saying 'Ethics is the enquiry into what is good' I could have said Ethics is the enquiry into the meaning of life, or into what makes life worth living, or into the right way of living. (Agora, ao invés de dizer que 'a ética é a investigação do que é bom', eu poderia ter dito que a ética é a investigação do sentido da vida, ou do que faz valer a pena viver, ou da forma correta de viver). (WITTGENSTEIN, "A Lecture on Ethics", p. 5).

Mesmo aos olhos daqueles sem contato prévio maior com a filosofia, entender a idéia principal do *Tractatus Logico-Philosophicus* não é uma tarefa de muita dificuldade. As sete proposições principais da obra permitem que o leitor possa construir uma idéia bastante coerente do objetivo de Wittgenstein, embora fundamentar de melhor forma esta argumentação requiera uma leitura mais minuciosa de todas as sub-proposições que a compõe.

Esta idéia principal que Wittgenstein propõe, que é facilmente inferida pelo observar das sete proposições fundamentais do livro, trata sobre uma análise lógica do mundo: o autor “reduz” o mundo, ou seja, a “realidade” factual como passível de ser representada por enunciados lógicos, que por sua vez são formados e são função de verdade de outros enunciados de mesmo cunho elementar. Assim, todas as proposições são de igual valor, e aquelas relativas à metafísica como enunciados morais, religiosos, etc. são proposições sobre o “místico”, ou seja, sobre algo além do mundo factual, e não podem ser transcritas em tais de forma válida, não podendo então serem representadas verbalmente, e a partir daí o autor encerra concluindo em sua última proposição: “por aquilo que não podemos falar, devemos passar em silêncio”¹.

Mas antes de concluir nessas instâncias e tomar este primeiro parecer da obra como final, é necessário, para uma análise mais precisa, uma investigação profunda em todas as sub-proposições, para que não se equivoque o objetivo de Wittgenstein como o de meramente colocar um fim à análise filosófica da ética.

Definitivamente ele tem como intuito inferir racionalmente que a filosofia não pode tratar dos problemas éticos da forma como tradicionalmente ela é colocada: a criação de enunciados abstratos acerca da ação “correta” não é válida, uma vez que não tratam de

¹ “*What we cannot speak about we must pass over in silence*”, no original traduzido de PEARS, D. F. e MCGUINNESS, B. F.

descrições factuais, e portanto não são uma inferência lógica, uma vez que os critérios utilizados para estabelecer este conceito são fundamentados num subjetivismo impassível de análise lógica, pelo seguinte motivo:

Como é perfeitamente possível que uma pessoa tenha uma experiência ou esteja num certo estado mental sem demonstrá-lo, e como o fingimento é sempre uma possibilidade, não existe uma conexão lógica entre o comportamento e o âmbito mental. (HACKER, *Wittgenstein: sobre a natureza humana*, p. 24).

Este argumento apresentado por Peter Hacker em seus estudos sobre Wittgenstein resume categoricamente a refutação deste último a quaisquer formas de utilitarismo emotivista, ou até mesmo o construtivismo moral: a incerteza da análise do sentimento moral em outrem impossibilita a fundamentação do juízo moral de forma que haja qualquer certeza em algum tipo de implicação “positiva” em outros que não o próprio agente pensante, ou seja, aquele que desenvolve as prescrições morais em primeira pessoa. Logo, toda e qualquer teoria ética que leve em consideração o outro não possui uma fundamentação válida.

Wittgenstein atribui isso em seu *Tractatus* essencialmente à inefabilidade a proposição ética: esta e a estética, as quais ele coloca como sendo uma só (*TLP* 6.421), estão no âmbito do “místico”, que nada mais é do que o reconhecimento do mundo como um “milagre”, ou seja, como algo que “é” (existe) ao invés de “não ser” (não existir) (*LE*), que nada mais é como o reconhecimento da existência da linguagem, isto é, se há a linguagem, há o que ser descrito, e não é possível imaginar o mundo como não existente, uma vez que o mero imaginar pressupõe a existência dele.

Sim, decerto nos defrontamos neste ponto com um certo paralelismo com o *cogito* cartesiano. Wittgenstein procura trabalhar com a “certeza” da existência do agente moral em primeira pessoa acima da existência dos outros. Podemos dizer que o solipsismo wittgensteiniano é uma síntese (não hegeliana, marxiana ou marxista) do *cogito* cartesiano com a teoria volitiva de Schopenhauer: sendo todas as proposições qualificáveis de veracidade apenas descrições factuais tautológicas, apenas o ato de “mostrar” num âmbito particular a partir do uso da vontade para a ampliação dos limites do mundo, ou seja, de si mesmo (*TLP* 5.63), é possível. A Ética não trata do que é correto ou não a se fazer, uma vez que a apofanticidade é característica somente da proposição descritiva, i. e., tautológica; mas sim pode *mostrar* o que se deve fazer em cada ação particular.

A ÉTICA PRÁTICA EM WITTGENSTEIN: DEMONSTRAÇÃO ACIMA DE PRESCRIÇÃO

Se então nenhuma proposição pode ser proferida relativa ao valor ético, uma vez que este está “além” da descrição factual do mundo, notamos que surge um problema quanto à forma de realização da demonstração da ação correta, de como Wittgenstein fundamenta a ação moral.

Uma vez que a prescrição ética cai no relativismo subjetivista, sendo passível de questionamento, uma vez que, sendo a ética ausente da responsabilidade de criteriação de punição ou recompensa, não haveria um bom motivo fora da ação *per se*, e ela não seria necessariamente desejável em si mesma, então ela seria inválida justamente por não atingir seu pressuposto de “prescrição”. Este pressuposto seria o do “bem absoluto”, que seria

(...) a describable state of affairs, would be one which everybody, independent of his tastes and inclinations, would necessarily bring about or feel guilty for not bringing about. (LE, p. 7)

Ou seja, o “bem absoluto” consistiria numa necessidade lógica descritível, que inspiraria vontade de realização sendo um fim desejável em si mesmo. Mas como Wittgenstein, logo após este mesmo trecho da *LE* p. 7, coloca, este “bem absoluto” seria uma “quimera”. Esta criatura mítica é representada como um animal cujos diferentes membros seriam partes diferentes de animais diferentes (e. g. cabeça de leão, rabo de cobra, asas de morcego, etc.), e metaforicamente assim também teria de ser o “bem absoluto”: múltiplas características subjetivas particulares por muitas vezes destoantes reunidas em um único conceito; ou seja, um paradoxo inválido e inexistente.

Embora Wittgenstein defina o “bem absoluto” como, apesar do desejo humano de inclinar-se à segurança de um absolutismo, algo inexistente intersubjetivamente, ele retoma isto como válido na esfera do agente moral “em primeira pessoa”. Segundo ele, apesar do prescritivismo intersubjetivo, por ser em terceira pessoa, acabar sendo passível de relativismo moral, em primeira pessoa o absolutismo é válido. Como vimos, o “bem absoluto” deveria ser um fim desejável em si mesmo, e ele deve ser a própria ação. Invocando a proposição 6.422 do *TLP*, este “bem absoluto” deve ser portanto não um evento, uma vez que este seria apenas um fato descritível sem valor, mas sim na própria ação do agente moral: a ação em si

fundamenta ela própria. Isso acontece uma vez que ela é resultado da volição deste agente: esta, precisamente num aspecto schopenhaueriano, provém do indivíduo e tem como objetivo ampliar os horizontes, ou seja, os limites do mundo. O mundo é a objetivação da vontade, e é uma representação pessoal que se correlaciona proporcionalmente com a vontade: “a vontade do sujeito é a vontade do mundo”².

Neste ponto nos deparamos com uma necessidade de definição para o catalisador da vontade, ou seja, sobre o que pode ser responsável para que seja possível uma ação desejável em si mesma que o indivíduo seja inspirado a realizar. Como vimos anteriormente, Wittgenstein coloca a ética e a estética como uma só; mas definitivamente isto não é em vão. Ambas abrangem o inefável por motivos racionais coerentes: estando no âmbito místico, elas são caracterizadas pelo reconhecimento do mundo como um todo, impressionado não no *como* ele existe, mas sim *que* ele existe *de fato* (TLP 6.44). Esta contemplação, característica remanescente de Schopenhauer, caracteriza-se preencher a mente em sua totalidade com uma imagem que inibe os nossos desejos, permitindo o uso “puro” da vontade como deliberação racional de uma forma que não psicologicamente fenomênica. Semelhante, portanto, à G. E. Moore, Wittgenstein define como cabível de valor intrínseco os conceitos relativos à ética, e logicamente à estética, como a apreciação de alguma obra de arte, o amor de um ente querido, a esperança de um determinado porvir, ou até um temer deste, como e. g. da própria morte. Assim, podemos finalmente então inferir o imperativo que Wittgenstein propõe em sua construção ética: “viva feliz”. Se a única forma de ação boa é aquela desejável em si mesma, e as únicas ações que inspiram a vontade a realizá-las como um fim são relativas à esfera do místico, ou seja, do que inspira o indivíduo a conservar, prolongar, apreciar e aproveitar a vida, então a proposta-mor da teoria do juízo moral em Wittgenstein nada mais é que o estoicismo de “ver o mundo com o olhar feliz”, e reconhecer e aceitar positivamente aquelas coisas que a vontade não tem poder sobre, ou seja, os estados de casos descritivos; embora com a vontade seja possível, como já argumentado anteriormente, ampliar os limites deste mundo factual. De forma resumida, a aceitação e aplicação (afirmação) da vontade implica na ampliação dos limites do mundo, e o faz crescer como um todo, e sua negação os faz decrescer. A ampliação dos limites do mundo é transcendental à felicidade, a vontade justamente o faz para que esta seja passível de “existência”.

² SILVEIRA, D. C. “A ética e o âmbito prático em Wittgenstein”, p. 160.

A consciência desta capacidade da vontade é essencial para o viver feliz, sem ele o indivíduo não tem consciência dos limites do seu mundo se permite a negar a vontade e prende-se ao conceito de desespero em Kierkegaard, uma vez que

So too at death the world does not alter, but comes to an end. (TLP, 6.431)

e

Death is not an event in life: we do not live to experience death. If we take eternity to mean not infinite temporal duration but timelessness, then eternal life belongs to those who live in the present. Our life has no end in just the way in which our visual field has no limits. (TLP, 6.4311)

e como Kierkegaard coloca, o desespero humano é advindo da desconexão com a atemporalidade; e igualmente em Wittgenstein, onde a ausência de consciência sobre a responsabilidade da ação gera a negação da volição, e *ergo* o decrescimento dos limites do mundo, ou seja, igualmente da felicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criteriação do juízo moral na vontade do indivíduo, a ética wittgensteiniana remete a um aspecto que reflete diretamente nas concepções de éticas volitivas como de Aristóteles e Kant: a responsabilidade sobre a ação. Podemos observar aqui então a clara forma que Wittgenstein se esforça para desenvolver uma teoria ética com ênfase na responsabilidade do indivíduo em prol do “bem absoluto”: ele em nenhum momento afirma um solipsismo niilista no aspecto do indivíduo ser único e descreditar a existência de outrem - embora também não esclareça o oposto, mas ao invés de se utilizar desta forma “negativa” de negar a existência de outrem, ele fala do solipsismo no seu aspecto positivo quanto à certeza de existência de si próprio. Ele procura construir sua teoria de forma que toda a ação tenha como responsável o agente moral que a fez, e que todos os aspectos que o levaram a agir daquela forma fazem parte de uma concepção própria do indivíduo, e é necessário que ele tenha consciência disso para poder atingir o objetivo imperativo da concepção ética wittgensteiniana: a vida feliz.

De tal forma, sem dúvida a análise da concepção ética de Wittgenstein é vital ao tratarmos das questões da linguagem, responsabilidade da ação, solipsismo racional, ceticismo ético etc., em conjunto com outros que contribuíram também de forma imensa nessas áreas,

como e. g. Aristóteles em sua concepção ética de uma teoria das virtudes no âmbito prático, Kant com sua teoria de ética normativa autônoma, Schopenhauer e sua apresentação de existência com seu mundo como vontade e representação, e inclusive Nietzsche com sua transvaloração niilista da ética da “moral do senhor”, Sartre com seu existencialismo ateu com a precedência da essência pela existência, e também Heidegger com seus estudos do indivíduo existente e construtor do seu próprio mundo.

Definitivamente, mesmo com esta grande contribuição de Wittgenstein, ao lado destes outros grandes nomes, a Ética ainda enfrenta muitas dificuldades como porto seguro da análise moral. O relativismo moral, a contingência da ação humana em si, e toda a problemática da relação entre o microcosmos subjetivo e o macrocosmos (ou mesmo o mesocosmos também, numa concepção de Habermas), como a Política, ainda são fortes problemas que se encontram num patamar de dificuldade elevadíssimo que desafiam todo aquele que ousa defrontar-se com os problemas de conduta tanto no campo subjetivo singular quanto na convivência consensual com demais indivíduos tanto da mesma comunidade moral quanto de outras. Mas ainda assim, ao analisarmos autores como Wittgenstein, vemos que dia após dia o estudo dos valores e da conduta progride; mesmo ainda que seja em pequenos passos de infante, mas aos ‘poucos’ a fundamentação ética consegue abranger mais e mais ações em todo o âmbito que se aplica. Ainda que provavelmente no fim das contas percebamos de fato que não há nenhum “absoluto” tratável na ética, nem nenhuma base fundamentável de espécie de conduta universal aplicável em toda a situação em todas as comunidades morais, decerto irá se perceber que, ao menos num âmbito pessoal, terá havido ao menos uma reflexão sobre o agir, este que pode contribuir não só para o “crescimento” da sociedade como um todo, mas também principalmente para o crescimento do agente moral, para quem sabe ao menos tomar responsabilidade sobre sua ação e pensar duas vezes antes de comprometer alguma ação por total imprudência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Sobre a Natureza Humana*. Trad. João Virgílio Gallenari Cuter. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SILVEIRA, Denis C. “A ética e o âmbito prático em Wittgenstein”. In *Ensaio sobre Ética*. Pelotas: UFPel, 2008.
- WITTGENSTEIN, L. “A lecture on Ethics”. In *The Philosophical Review*.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. D. F. Pears e B.F. McGuinness.
Routledge.